

O trauma provocado pelo bolsonarismo



Por **FÁBIO C. ZUCCOLOTTO**

O histórico julgamento, ao nomear autores, crimes, responsabilidades e consequências, devolve à sociedade a possibilidade de falar do que foi vivido sem sucumbir ao silêncio cúmplice ou à negação covarde

O início da elaboração da justiça

A iminência do julgamento da cúpula bolsonarista por tentativa de golpe de Estado, com direito a atentado terrorista e plano para assassinar autoridades constitucionalmente constituídas, não se limita ao campo jurídico ou ao destino de alguns indivíduos que, embriagados pela ilusão de poder absoluto do patrimonialismo corrupto e sob influências externas, atentaram contra a ordem constitucional.

Trata-se, antes, de um momento em que uma nação inteira é convocada a elaborar, pela via institucional, um trauma coletivo, sintomático não apenas na memória dos que viram a Praça dos Três Poderes destruída, mas, sobretudo, na percepção subjetiva da vida social e na prática rotineira de cidadãos de um país que se viu objetivamente à beira do abismo ditatorial e totalitário.

Pois se é verdade que os traumas se produzem quando o horror não encontra palavras, também é verdade que a sua superação começa quando o indizível procura ser narrado, registrado, simbolizado. O histórico julgamento, ao nomear autores, crimes, responsabilidades e consequências, devolve à sociedade a possibilidade de falar do que foi vivido sem sucumbir ao silêncio cúmplice ou à negação covarde.

Ambos impostos à vida pública por estruturas consolidadas do poder político e econômico nacional, que erigiram a inaceitável força neofascista ultraliberal para preservarem, pela força do ódio e da violência explícita na esquina cotidiana de cada um de nós, os seus históricos interesses antipopulares e antidemocráticos.

Força criminosamente legitimada pelo oligopólio midiático e pelas *Big tech* no debate público sob a falsa rubrica de uma polarização que não houve, não há, nem nunca haverá entre humanistas democratas e extremistas que, enquanto representantes de um ideário de saque e dilapidação do patrimônio público, destruição nacional e submissão internacional, buscaram a abolição violenta do Estado democrático de direito.

É precisamente nesse gesto de trazer à luz o que foi tramado nas sombras que reside a sua importância. Não se trata apenas de punir, mas de restaurar a confiança coletiva de que a democracia não é uma abstração frágil e maleável ao bel prazer de setores da elite patrimonialista e do capital especulativo, mas sim uma construção sustentada pela lei, pela memória e pelo pacto de que nunca mais a violência autoritária terá guarida entre nós após a ditadura civil-empresarial-militar de 1964 a 1985.

A justiça, ao condenar a cúpula política e militar do projeto autoritário, não reescreve a história, mas estabelece uma fronteira simbólica entre o que se pode tolerar e o que deve ser para sempre interdito. E, nesse movimento, a sociedade brasileira pode reencontrar a si mesma, reconhecendo a sua dor, mas também reafirmando a sua capacidade de resistir e de transformar a experiência traumática daquele período em aprendizado político. De tal forma que se torna essencial às forças policiais e à justiça avançarem, em um futuro breve, sobre aqueles que financiaram tamanha destruição.

Quando o Supremo Tribunal Federal erguer a voz da justiça prescrita na Constituição Federal e declarar a culpa dos que tentaram impor um Estado de exceção, não será apenas a queda de uma quadrilha neofascista e miliciana que se celebrará, mas a inscrição, no tecido simbólico da nação, de um conteúdo histórico-traumático que não se converterá sintomaticamente em uma repetição compulsiva e, sim, em uma elaboração consciente de que a democracia brasileira, ferida e sistematicamente atacada pelo império decadente, mas não derrotada, pode afirmar-se novamente e definitivamente, sustentada pela lembrança viva de que a barbárie só prospera quando indivíduos capitulam no exercício dos seus deveres institucionais e de cidadãos.

Entretanto, julgada a quadrilha por estes crimes, ainda haverá muito trabalho às instituições brasileiras para que restabelecamos, minimamente, o pacto civilizatório após anos de arrogância autoritária, corrupção, negacionismo, obscurantismo e necropolítica nas esferas íntimas e empresariais do cargo mais alto da república. Frise-se que tais expressões subsistem, mais fortes do que nunca no mercado, na Faria Lima, no 'agro', no Congresso Nacional e em estados e municípios Brasil afora. Nas bases eleitorais cooptadas e irrigadas pela corrupção do parlamentarismo informal estabelecido pelo Centrão e por sua ala bolsonarista com o bilionário e nefasto orçamento secreto.

Esta é uma luta que está longe de ser encerrada findado o histórico julgamento que se inicia nesta semana, e não haverá caminho possível daqui por diante sem pressão popular, sem a mobilização das mais diversas categorias profissionais e sem o fortalecimento institucional dos abnegados servidores públicos na máquina estatal, cujas prerrogativas e deveres devem ser protegidos do avanço dos pesados *lobbies* de setores econômicos que buscam cooptá-los para perpetuar os balcões de negócios no seio do Estado brasileiro.

A elaboração sociopolítica e econômica

Neste sentido, articulam-se o perigoso discurso de neutralidade da antipolítica que ascendeu nos anos pós 2013 – encarnado por farsantes, travestidos de salvadores da pátria e oriundos de uma casta tecnocrata cooptada e instrumentalizada, celebrados pelo oligopólio midiático, como os hoje decadentes Sérgio Moro e Deltan Dallagnol – e a bula liberal que busca submeter a trajetória nacional à condição de eterna fazenda exportadora de *commodities* e inexplicáveis juros ao sistema financeiro, precarização do trabalho e sequestro orçamentário.

A manobra que suscita a falsa antipolítica engendra-se historicamente nos grupos de comunicação, através do jornalismo econômico, quando emissários da Faria Lima travestidos de jornalistas não apresentam o debate sobre as políticas econômica e monetária enquanto instâncias, como os próprios termos definem, do universo da política, mas somente enquanto uma suposta matemática inequívoca cujo destino sempre será o acúmulo do rentismo do capital especulativo, que vive do sangue nas ruas, e consolida o reacionário agronegócio como único caminho estável ao capital produtivo nacional.

Ainda, a respeito do sangue nas ruas, sabemos, agora, como o narcotráfico infiltrou-se na Faria Lima ou como a Faria Lima expandiu os seus negócios para o narcotráfico, em [um arranjo do capital que serve à agenda dos Estados Unidos para a América Latina](#), seja para fomentar o discurso militar em projetos autoritários, em função da assustadora violência urbana, seja para legitimar intervenções na região como ocorre historicamente, e uma vez mais, agora em busca do petróleo venezuelano. Simplificadamente, do ponto de vista estrutural, esta é a montagem que soergueu o ultraliberalismo no Brasil, que busca afastar a pedra angular da democracia representativa, o debate político plural, promovendo um ideário

a terra é redonda

que falsamente se apresenta como neutro, sem ideologia, todavia, que carrega um caráter bélico, doutrinário e messiânico.

Portanto, agentes que propiciam o terreno fértil às construções ideológicas intolerantes dos fundamentalismos religiosos, do neofascismo e do neonazismo que passaram a ter a capilaridade popular que ainda sustenta o extremismo e defende cegamente o ataque aos seus próprios interesses socioeconômicos.

Assim, após o julgamento, a organização e a resiliência do extremismo através de mecanismos de arregimentação e doutrinação fomentadas pelas *Big Tech* desreguladas, a esta altura já fartamente estudados, não devem ser menosprezadas enquanto propulsoras de uma força política que ainda alcança solidamente quase 30% da população brasileira e que não aceitará democraticamente o encaminhamento do luto que ela experimentará ao tomar o choque de realidade promovido pela força constitucional.

Evidentemente, tamanho capital político será maquiado por setores da elite brasileira e do capital transnacional, ainda que sob outros nomes que não bolsonarismo.

Em um momento de rápida e acentuada queda dos Estados Unidos na geopolítica mundial, esta quinta coluna violenta torna-se um precioso bibelô, um ativo do império decadente, que continuará o alimentando sistematicamente com os falsos ideais de purificação que estruturam o discurso radicalizado da antipolítica, para controlá-lo como uma seita disponível que aguarda o apertar de um botão em Washington.

Em [artigo de Gabriela Sales](#), o testemunho de um homem que se descreve como um “ex-bolsonarista” não chega a ser novidade àqueles que trabalharam como psicoterapeutas nesta última década brasileira. Aquilo que ele nomeia como “estrutura de domínio de mente” é um fenômeno com o qual muitos nos deparamos há anos nos consultórios. “Se ele (Bolsonaro) chutasse uma criança, eu ia falar que a culpa era da criança”.

Esta é uma síntese daquilo que chamo de psicotização política, uma perda coletiva do contato com a realidade a partir da radicalização discursiva que opera como medida de reconhecimento de um indivíduo naquele grupo político, que leva ao solapamento do pensamento crítico e do eixo comum da comunicação a partir de inversões semânticas e do estouro sincronizado de bombas semióticas que pautam todo o debate público.

Em resumo, o fenômeno que construiu aquele que chamo de o Brasil Paralelo na Terra plana. Processos artificiais, racionalmente desenvolvidos por grupos de poder extremistas que sobreviviam somente na *deep web* e que rapidamente dominaram as dinâmicas das redes sociais virtuais – primeiro com a convivência destas, depois com uma parceria imoral – e os fenômenos associados ao amplo espectro da subjetividade entrópica, cuja gênese tentei descrever [em ensaio publicado em 2022](#). “Eu chorava na cama, dava soco, porque fiquei cinco anos dentro dessa bolha sendo enganado.”

Os relatos atestam o sofrimento envolvido na experiência daqueles que superaram a psicotização política e apontam para a linha tênue, na elaboração nacional do trauma provocado pelo bolsonarismo, que separa o essencial enfrentamento jurídico e político que não pode silenciar e capitular diante do ódio instrumentalizado no cotidiano e o acolhimento paciente àqueles que vagarosamente podem voltar a pisar o solo comum da pluralidade democrática na Terra redonda.

O caráter autofágico e violento desse campo da psicotização política leva outros tantos ao afastamento silencioso sem uma sinalização pública da ruptura, por temerem o expurgo e a perseguição daqueles antigos colegas que continuam presos às bolhas extremistas e percebem os dissidentes como traidores a serem neutralizados na vida social.

Os poucos relatos públicos de ex-bolsonaristas revelam a vergonha silenciosa dos muitos que conseguiram se desprender deste campo simbólico. Após experimentarem a violência simbólica perpetrada por setores da elite nacional, que lhes apresentaram o neofascismo legitimado enquanto sonho e libertação, após a ruptura eles vivenciam algo próximo a um transtorno do estresse pós-traumático somado ao luto pela perda de quase tudo o que acreditaram, em algum momento, com a mobilização de todas as suas forças, além dos custos financeiros, emocionais e relacionais associados.

O julgamento moral, por parte de colegas, amigos e familiares é o que de pior pode acontecer. O acolhimento e a escuta são fundamentais, assim como o estímulo paulatino aos relatos pessoais.

A elaboração do trauma provocado pelo negacionismo

Para os que trabalhamos com saúde mental – sem mencionar o aumento exponencial da quantidade de casos graves de ansiedade, depressão, surtos, crises e luto – o período da pandemia trouxe também uma miríade de relatos pessoais reveladores do que foi feito neste país enquanto política pública de um Estado então negacionista.

De maneira correlata, assim como toda tentativa de golpe fabrica uma falsa legitimidade jurídica, assinada por juristas imorais que torcem as constituições, naquele período, alguns da comunidade médica emprestaram o seu mau-caratismo (ou a sua incompetência) àquilo que se apresentou na prática, através da omissão e da ação negacionista, como o extermínio em massa de centenas de milhares de pessoas que poderiam estar vivas hoje.

Sobretudo, entre aquelas das classes médias e entre os mais pobres. Enquanto os mais abastados partiram para os seus *home office*, o teletrabalho não alcançou muitos da imensa maioria da base da pirâmide econômica, pressionados por empresários, diretores, chefes e pela retórica política criminoso do governo a não temerem a ‘gripezinha’ sob pena de serem demitidos ou não terem o que comer, enquanto deveriam se apinhar em ônibus e metrô Brasil afora, sendo levados a acreditarem que nada demais estava acontecendo; que estavam seguros.

É importante que não se perca do horizonte o caráter classista de tudo o que foi feito naquele momento, enquanto parte de uma concertação política e econômica mais ampla que visava, como todo o planeta sabe hoje, a um fechamento de regime a partir da ruptura do Estado Democrático de Direito.

O Conselho Federal de Medicina, revelado o seu caráter anos antes, desde o ataque ultrajante ao Programa Mais Médicos, tomado de assalto por grupos representantes do campo simbólico de uma elite predatória, desumanizadora e historicamente ignorante, alinhados ao levante do ultraliberalismo bolsonarista, é um capítulo à parte nesta história que, certamente, merece um escrutínio. Sobremaneira, por setores da própria classe médica que reconhecem em sua prática uma vocação ética e não um suposto *status* social distintivo.

A omissão conivente do CFM não será esquecida, ao menos, em uma caracterização histórica que revelará a sua cumplicidade naquele período de crimes reiterados contra a humanidade.

Enquanto bolsonaristas invadiam hospitais provocando algazarras e profissionais da saúde tentavam salvar vidas, o caso Prevent Senior foi apenas mais um capítulo da CPI da Covid, que concluiu que a operadora de saúde agiu de forma associada ao chamado “Gabinete Paralelo” do Ministério da Saúde do governo Bolsonaro.

A CPI pediu o indiciamento de 12 médicos, diretores e donos do plano por diversos crimes, como perigo à vida ou à saúde de outrem, falsidade ideológica, crime contra a humanidade, e omissão de notificação de doença. Na época, a Procuradoria-Geral da República, chefiada por Augusto Aras, não abriu investigação, para variar.

A história recente da Prevent Senior é um retrato sombrio do ultraliberalismo e de como a lógica empresarial pode se sobrepor à ética e ao cuidado humano evocando princípios e práticas do fascismo e do nazismo. Entre os episódios mais graves que vieram à tona, destacam-se a ocultação deliberada de mortes durante a pandemia – como se a morte, reduzida a um dado inconveniente ao governo Bolsonaro, pudesse ser varrida para debaixo do tapete da estatística –, a alteração de prontuários e a desumanização de pacientes em experimentações travestidas de ciência.

Na época, a CPI da Covid recebeu um dossiê produzido por médicos que trabalhavam na Prevent Senior. O documento

trouxe uma série de acusações contra a operadora, como: prescrição em massa e sem critério de medicamentos ineficazes no 'Kit Covid' (cloroquina, ivermectina, azitromicina, entre outros); testes de medicamentos nos pacientes sem autorização deles e sem aval dos órgãos pesquisa; ocultação de mortes e outras fraudes em um estudo da Prevent sobre o uso de cloroquina; coação sistemática dos médicos para que prescrevessem medicamentos ineficazes; falsidade ideológica por omitir a Covid-19 na causa da morte de pacientes tratados com medicamentos ineficazes.

No artigo [Prevent Senior repete práticas nazistas e serve de alerta para o país](#), publicado na Folha de São Paulo, em 8 de outubro de 2021, o professor-coordenador do Núcleo de Estudos Judaicos da UFRJ, Michel Gherman, e a microbiologista Natália Pasternak escreveram que “naquela altura, a preocupação era disseminar o uso do kit Covid por uma questão de marketing e de apoio à ideologia política do governo Bolsonaro. Depois viria a orientação direta para que os médicos prescrevessem o uso dos medicamentos no tratamento da doença, uma vez mais sem consentimento dos pacientes, e a omissão da causa correta dos óbitos nos hospitais da instituição. O que há de semelhança com a prática nazista? A não informação, a ocultação de motivos, a não anuência dos voluntários ou dos pacientes que serviram de cobaias.[...] Cabe lembrar que não há práticas nazistas sem um processo bem-sucedido de desumanização. Manaus dialogou com essa perspectiva. De alguma maneira, uma cidade inteira, uma população inteira passou por experimentos. É o princípio de que “velhos vão morrer de qualquer jeito”. Prática típica da eugenia, que deve ser entendida a partir de Nuremberg. [...] O que chama muito a atenção no caso Prevent Senior é a naturalidade com que tudo foi feito, a quantidade de pessoas envolvidas, a participação do governo federal. E chama mais atenção ainda a não participação do Conselho Federal de Medicina, que até agora está mudo e calado diante dessas atrocidades, o que mostra extrema politização”.

Os donos, Eduardo e Fernando Parrillo, [que possuem milhões de dólares em paraísos fiscais](#), e os gestores da Prevent Senior continuam operando a empresa impunemente e, de forma inacreditável, quem está sob risco, ao que tudo indica além dos pacientes que ela ainda atende, são exatamente os médicos que trabalhavam para ela e a denunciaram. Segundo [notícia da última semana, no portal G1](#), quatro anos depois após as denúncias contra a operadora Prevent Senior terem sido reveladas, nenhum acusado foi responsabilizado na Justiça e alguns dos médicos que denunciaram as práticas irregulares respondem a processos na Justiça ou estão sujeitos a perder o registro profissional.

“A indignação ainda me consome. É uma revolta amarga”, diz Walter Correa de Souza Neto, um dos principais denunciadores do caso, hoje alvo de um processo aberto por ordem do Conselho Federal de Medicina. “O processo é surreal, descabido e sem base legal”.

“Nossa vida parou, a nossa família foi destruída, perdemos a nossa matriarca, peça-chave da família”, afirmou, ao G1, a representante Kátia Castilho, cuja mãe morreu na Prevent Senior após ser submetida a tratamentos ilegais, segundo o Ministério Público (MP).

“Desejo que a justiça seja feita e que, parte dessa história, tenha um desfecho libertador para nós, familiares das vítimas. O que mais quero é por minha liberdade psicológica e emocional, afinal, elas seguem algemadas em 28 de março de 2021, dia em que perdi o grande amor da minha vida”, afirmou Andrea Rotta. “Sinto-me humilhada e invisível. Como muitos, sigo em acompanhamento psiquiátrico e psicológico. Sempre tive esperança de que a justiça nos desse um mínimo de alento que, depois de tanto sofrimento, merecíamos”, acrescentou.

À época, o relator da CPI da Covid, senador Renan Calheiros (MDB-AL), [classificou como “prática nazista criminosa” os protocolos da Prevent Senior](#) para tratar beneficiários da rede infectados pelo novo coronavírus.

Como alguém poderia pensar ser possível todo um país seguir adiante sem simbolizar e realizar a justiça possível em casos como estes?

A Prevent Senior é apenas um capítulo dos tantos já conhecidos e levantados pela CPI da Covid. A CPI da Covid e as centenas de milhares de mortes provocadas pelo negacionismo do projeto ultraliberal bolsonarista são mais uma porção do trauma, que dilacerou a alma nacional e o tecido social, que precisa ser elaborada pela sociedade brasileira no âmbito das

instituições e da justiça.

Este enorme fantasma a ser exorcizado que conta ainda, por exemplo, com diversas denúncias de casos de corrupção, desvio de joias do patrimônio público, privatizações abaixo dos preços de mercado, a criação do gabinete do ódio e a criação de uma ABIN paralela, entre outros.

Tamanho trauma na vida nacional não pode ser reencenado na esteira do avanço da intervenção dos Estados Unidos na realidade da América Latina e no contexto das eleições presidenciais de 2026, sob pena de perpetuarmos, neste momento promissor de abertura geopolítica, o neocolonialismo que impõe, a super concentração de renda que desumaniza e o subdesenvolvimento nacional que controla, enquanto graves sintomas que interditam o presente e impedem os pilares constitucionais da dignidade humana, da soberania e da democracia efetiva.

**Fábio C. Zuccolotto, psicanalista, é graduado em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)